

VISÃO DO CORREIO

Indenizar vítimas do zika é dever do Estado

Na última terça-feira, o Congresso Nacional derrubou o veto ao Projeto de Lei 3.974/2015, que garante indenização de R\$ 50 mil e pensão especial no valor de R\$ 8.157,41, o equivalente ao teto da Previdência Social, à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. A decisão é um alívio às famílias que, há quase 10 anos, enfrentam dificuldades para garantir atendimento adequado às necessidades dos filhos vítimas da epidemia ocorrida entre 2015 e 2017.

No ano passado, o governo Lula havia vetado o projeto e editado a Medida Provisória nº 1.287/2025, que garantia uma indenização de R\$ 60 mil (parcela única) aos afetados pela doença. A iniciativa do Executivo foi considerada inadmissível tanto pelas famílias afetadas quanto pela autora do projeto, a senadora Mara Gabrilli, que, desde 2014, quando era deputada federal, defendia uma reparação às vítimas da epidemia, provocada pelo mosquito *Aedes aegypti*, vetor não só do Zika, mas também da dengue e da chikungunha. A derrubada do veto foi, segundo a senadora, acolhida pelo governo federal.

Segundo especialistas, não há uma estimativa do número total de casos de zika confirmados no país. O Ministério da Saúde informa que foram registradas ocorrências em Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná. Mas os casos no Nordeste chamaram a atenção, colocando a região em evidência. A falta de saneamento básico adequado é visto como um dos principais fatores que facilitam a proliferação do vírus *Aedes aegypti*.

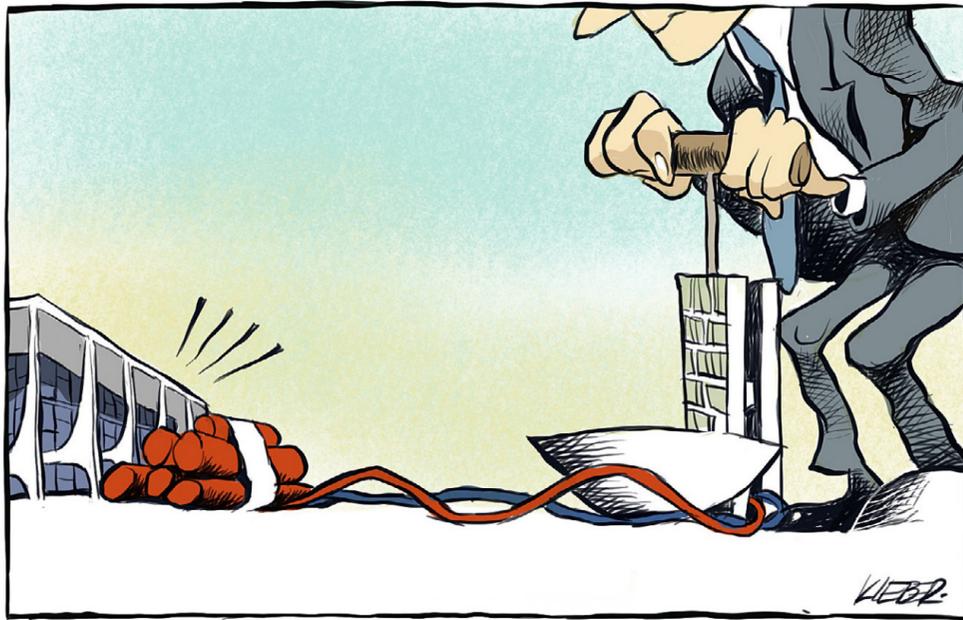
Para a senadora, a epidemia do Zika "não foi uma tragédia natural. Foi uma tragédia anunciada, consequência direta da omissão do Estado em oferecer o básico: água limpa, coleta de lixo e saneamento". No período entre 2015 e 2017, mais de 1,5 milhão de pessoas foram vítimas do vírus. Nesse intervalo de tempo, foram registrados 12.716 casos suspeitos de crianças que nasceram com a síndrome congênita do zika vírus. Pelo menos

3.500 bebês contraíram deficiências físicas, intelectuais, visuais, auditivas e neurológicas. A maioria das vítimas vive no Nordeste. Mais de 4,5 mil crianças nasceram com microcefalia desde 2015, e são recorrentes os casos de mulheres que foram abandonadas pelos parceiros em razão do nascimento dos filhos com necessidades especiais.

No ano passado, mais de 340 mil brasileiros foram internados e 11.500 morreram vítimas de doenças adquiridas devido às condições inadequadas do ambiente em que vivem, segundo a pesquisa "Saneamento é saúde", divulgada pelo Instituto Trata Brasil. Entre os diferentes protagonistas, estava o mosquito *Aedes aegypti* espalhando dengue pelo país. No início deste ano, o painel do monitoramento do Ministério da Saúde, contabilizou 493 mil casos nas primeiras semanas do ano, contra 1,6 milhão em igual período de 2024.

Está mais do que comprovado que a falta de saneamento básico compromete a saúde pública. Evitar que doenças sejam transmitidas às pessoas está entre as muitas responsabilidades do poder público com a população, entre elas a de garantir infraestrutura adequada às comunidades. Mas aos cidadãos cabe não só cobrar políticas públicas adequadas, como preservar as obras executadas e seguir a orientação das autoridades de saúde, como cumprir o calendário de vacinação.

A decisão do Congresso representa um alívio para as mães que têm filhos vítimas do zika, bem como os adultos que também foram afetados pelo vírus e, ainda hoje, sofrem com sequelas deixadas pela doença. Aos governos cabe garantir condições dignas de vida a todos cidadãos da população. A reparação, como estabelece lei, ressuscitada com a derrubada pelo veto, não significa favor nem ato de misericórdia ante às vítimas. Entre as muitas responsabilidades do Estado a de garantir condições dignas de vida aos cidadãos, assegurando-lhes saúde, educação, moradia, segurança e tantos outros estabelecidos pela Constituição e as leis infraconstitucionais.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Educação

Os números do IBGE sobre a educação brasileira em 2024 chegam com um efeito de otimismo que não resiste a uma análise minimamente séria. Sim, a taxa de analfabetismo caiu para 5,3%. Sim, a média de anos de estudo subiu para 10,1 anos. Sim, mais brasileiros terminaram a educação básica. Mas ainda temos 9,1 milhões de brasileiros adultos completamente analfabetos. Isso significa que são pessoas que seguem sem saber ler uma placa de trânsito ou entender uma bula de remédio. Uma vergonha nacional! O país ainda comemora avanços lentos como se fossem grandes conquistas. Uma redução de apenas 0,1 ponto percentual de um ano para o outro na taxa de analfabetismo não é uma vitória... é um alívio estatístico. Outro dado que grita é o dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Estamos abaixo da meta prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre os jovens de 14 e adultos até 29 anos, mais de 8 milhões não completaram o ensino médio. Embora a porcentagem de brasileiros com diploma universitário tenha aumentado, a desigualdade educacional entre brancos e pretos, ricos e pobres, segue gritante. A melhora é tímida. Não é motivo para fogos de artifício. O Brasil ainda está muito longe de garantir educação de qualidade para todos. Até quando? Essa é a pergunta que fica.

» **Gregório José**
Corumbá (MS)

Saúde do trabalhador

Afastamentos por saúde mental crescem 110% nos primeiros meses deste ano no país. Se a gente tivesse acesso aos dados de quantos afastamentos desse tipo foram causados por fatores socioambientais, a gente veria a real causa do problema. Pessoas que recorrem ao acompanhamento psiquiátrico porque são exploradas em seus trabalhos, mas não podem sair, pois seus dependentes precisam se alimentar. Pessoas que moram em áreas de conflito e que sofrem com tiro e violência. Pessoas que trabalham no atendimento ao público e estão

mentalmente esgotadas porque os consumidores não enxergam naquele trabalhador um semelhante, mas um serviçal. Porém, o sistema individualiza o problema para que não haja uma união. A escala 6X1 é um exemplo de algo adoecedor.

» **Jesiel Santos**
Brasília

Melhores cidades

As 10 melhores cidades do mundo para se viver foram divulgadas, e olhe que legal: só cidades de países progressistas, com políticas de diversidade, inclusão, aborto legalizado, políticas sociais e ambientais, políticas que visam a igualdade de homens e mulheres etc. E tem gente que acha que o conservadorismo leva alguma nação para algum lugar.

» **Otávio S. Nunes**
São José dos Pinhais (PR)

Flores para Taguatinga

O Departamento de Parques e Jardins podia nos fazer um grande favor. Moro em Taguatinga e já morei no Plano Piloto, onde é bem arborizado. Taguatinga é horrível neste calorão que tem feito. Acho que é uma das regiões administrativas mais pobres em arborização e jardins. O DPJ bem poderia aproveitar as chuvas e arborizar esta cidade tão antiga. No Boulevard, poderia cobrir aqueles jardins cobertos de gramas com flores. Com certeza, a cidade ficaria mais bonita e agradecida à Novacap!

» **Anita Silva**
Taguatinga

Ipês estão chegando

No Park Way, os ipês-roxos estão floridos. Uns têm uma copa vantajosa, outros, de menor porte, não ficam devendo nada. Todos seguem lindos e fiéis ao período. Logo virão os amarelos exacerbando beleza e mostrando o quanto chegam sempre no momento certo. Vários estão exibindo beleza às margens do Eixinho Sul. Brasília, apesar dos seus inúmeros problemas, é uma cidade belíssima.

» **Walkiria Santos**
Park Way

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Governo acumula derrotas em série. O problema não é o governo sofrer derrotas. É quando as derrotas respigam no povo. Congressistas de direita mostrando como nutrir, com zelo, ódio pelo opositor. O que é muito mais forte e importante para eles do que demonstrar algum fiapo de amor pela pátria.

Luciana Rigo — Caxias do Sul

Congresso aprova CPI do INSS. Hoje tem espetáculo? Tem sim, senhor! A magia do circo voltou.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Câmara aprova urgência para derrubar IOF. Mais uma vez o pobre vai pagar imposto para os ricos ficarem mais ricos. Lula tem que cortar todas as isenções e subsídios dessa gente.

Eliana Honorato — Brasília

Excelente o artigo do ex-ministro Raul Jungmann, sobre a guerra entre Legislativo e Executivo. Mas diálogo no Congresso é uma raridade. O parlamento se tornou um ringue de lutas — é um querendo nocatear ou outro e, principalmente, o Executivo e o Judiciário

João Almeida — Guará 2

Projetos do Executivo são rejeitados pelos partidos que participam do governo Lula 3. O governo pode não ser o melhor, mas tornou-se muito pior com a participação dos adversários do PT e da sociedade brasileira. Para deputados e senadores — nem todos — governo bom é aquele que dá lucro aos interesses pessoais dos parlamentares. Eis o impasse.

Eduardo Lopes — Gama



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Vacinar para evitar riscos

A vacina contra a gripe está disponível nos postos de saúde desde 7 de abril. Na primeira etapa, a aplicação se restringiu ao público-alvo, como crianças de seis meses a menores de 6 anos, gestantes e idosos. Há mais de um mês, porém, passou a ser oferecida ao público em geral. Todas as pessoas acima de seis meses de idade podem receber o imunizante seguro, eficaz e — há que se ressaltar — gratuito. Mesmo assim, em plena época em que costumam aumentar os casos de vírus respiratórios no país, a procura por essa proteção tem sido baixa.

O Boletim InfoGripe, da Fiocruz, divulgado na quinta-feira passada, mostrou que o número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) pelo Brasil está maior do que os registrados nos dois últimos anos. "A influenza A e o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) têm causado o maior número de hospitalizações por SRAG, que seguem aumentando em boa parte do país", ressalta o boletim.

Até o último dia 12, a cobertura vacinal entre o público prioritário — é bom lembrar que esse grupo inclui crianças — estava em 38,43%, de acordo com o Ministério da Saúde. E o InfoGripe destaca que o Vírus Sincicial Respiratório tem sido a principal causa de internações de crianças pequenas.

Receber a blindagem que imunizantes oferecem é um direito de meninos e meninas. Está lá no Artigo 14, parágrafo 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias". E o artigo 227 da Constituição determina que elas têm, entre outros, direito à saúde "com absoluta prioridade". Garantir isso é um dever do Estado e da família.

Se há meninos ou meninas ainda não imunizados em sua casa, leve-os o mais rápido possível a um posto de saúde para receber a dose. A vacina contra a gripe é fundamental para evitar casos graves. Não dê brecha para que os vírus os coloquem em risco.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA
Localidade **SEG/SÁB** **DOM**

DF/GO **R\$ 5,00** **R\$ 7,00**

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991 58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*
SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES
(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ
Associação Nacional de Jornais

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

D.A Press Multimídia Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h; sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br